



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

ANASTÁCIA DA SILVA MEDEIROS

**COMO CONSIDERAR UMA HISTÓRIA DE PÁTRIA NO MEIO DESTES
CEMITÉRIO CONTINENTAL: A VIOLÊNCIA SOBRE OS POVOS YANOMAMI
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

JOÃO PESSOA

2025

ANASTÁCIA DA SILVA MEDEIROS

**COMO CONSIDERAR UMA HISTÓRIA DE PÁTRIA NO MEIO DESTES
CEMITÉRIO CONTINENTAL: A VIOLÊNCIA SOBRE OS POVOS YANOMAMI
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Artigo científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo.

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M488c Medeiros, Anastacia da Silva.

Como considerar uma história de pátria no meio deste
cemitério continental: a violência sobre os povos
Yanomami durante a pandemia da Covid-19 / Anastacia da
Silva Medeiros. - João Pessoa, 2025.

30 f.

Orientação: Vico Melo.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Literatura indígena. 2. Necropolítica. 3.
Yanomami. 4. Covid-19. 5. Violência estatal. I. Melo,
Vico. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35(043)

ANASTÁCIA DA SILVA MEDEIROS

**COMO CONSIDERAR UMA HISTÓRIA DE PÁTRIA NO MEIO DESTES
CEMITÉRIO CONTINENTAL: A VIOLÊNCIA SOBRE OS POVOS YANOMAMI
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Artigo científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública.

Aprovado em 25 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dra. Joyce Amâncio de Aquino Alves (Avaliador 1)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Ma. Jaiandra Maina Queiroz Furtado (Avaliador 2)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico esse trabalho àqueles que me fizeram descobrir, desde cedo, o poder transformador da leitura. Em especial, àqueles que compartilharam comigo risos, saberes e reciprocidade.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a minha irmã Luana Medeiros que sempre motivou a minha trajetória acadêmica e me apoia em cada aventura literária ou não.

Ao professor Vico Dênis Sousa de Melo por apresentar o Grupo Sul Global e romper os paradigmas academicistas de produção de conhecimento, fazendo despertar o pensamento crítico sobre temáticas tão complexas como a colonialidade do ser, com a leveza de quem nasceu para lecionar através da troca do saber e que costumeiramente chama de “desorientar”.

À professora Rinah de Araújo Souto por apresentar a literatura indígena e permitir a descoberta da poética do eu-nós lírico-político na escrita e que nos desperta uma sensação de conexão.

Aos meus amigos, por onde quer que nos encontramos, o riso é garantido e a vida corre de um jeito mais legal.

À Saulo Fernandes dos Santos (*in memoriam*), que nos deixou muito cedo. A sala de aula ficou diferente sem você, amigo.

“Você só sabe até onde pode ir quando já foi.”

Luís Fernando Veríssimo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	O PROJETO COLONIAL DE PODER.....	10
2.1	COLONIALISMO, COLONIALIDADE E A DESUMANIZAÇÃO DE POVOS COMO MECANISMO DE UM PROJETO DE DOMINAÇÃO.....	10
2.2	NECROPOLÍTICA: A PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA SOBRE OS CORPOS, TERRITÓRIO E ORIGEM	12
2.3	A PRODUÇÃO DE POLÍTICA DE MORTE: O ESTADO NÃO GARANTIDOR.....	13
3	LITERATURA INDÍGENA COMO POLÍTICA DO VIVENTE E RESISTÊNCIA À NECROPOLÍTICA	17
3.1	O CONTEXTO PANDÊMICO AOS OLHOS DO YANOMAMI	17
3.2	AS VOZES INDÍGENAS SENTIDAS A PARTIR DE CARTAS E DO DIÁRIO YANOMAMI.....	19
3.3	A ESCRITA COMO PERSPECTIVA DE SOBREVIVÊNCIA, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA.....	24
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS.....	27

COMO CONSIDERAR UMA HISTÓRIA DE PÁTRIA NO MEIO DESTE CEMITÉRIO CONTINENTAL: A VIOLÊNCIA SOBRE OS POVOS YANOMAMI DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Anastácia da Silva Medeiros¹
Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo²

RESUMO

A literatura indígena enseja a auto-história dos povos originários e a possibilidade de ser compreendida também como literatura de sobrevivência, pois pensar as textualidades indígenas como meio de produção de conhecimento e de atualização de memórias é pensar e concluir por uma literatura de existência e reconhecê-la como meio de resistência à sociedade que construiu um legado de violência desde a colonização até os tempos atuais. A colonialidade do ser em suas mais variadas expressões históricas, configura a matriz de um sistema estruturado para produzir ausências, desigualdades e dominação sobre os povos originários. No cenário pandêmico, as cartas indígenas fizeram ressoar as vozes de povos que enfrentam a morte desde sempre, sobretudo quando essa morte decorre da negligência estatal, que favorece a necropolítica. Este artigo tem por objetivo evidenciar, a partir da literatura indígena, os traços da violência colonial que desumaniza uma sociedade através do processo de invisibilização do outro para produzir política de morte como se verificou com os povos originários, nomeadamente os Yanomami durante a pandemia da Covid-19. O estudo envolveu pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo e assume uma perspectiva autoetnográfica ao considerar o exercício de alteridade no ato da leitura crítica e sensível da autora/pesquisadora sobre os modos de articulação comunitária presentes nesses escritos, que inicialmente permitiu identificar a literatura indígena como política do vivo e resistência à necropolítica em que iniciativas de cooperação lideradas por figuras indígenas representaram formas de afirmação política, identitária, literária e, principalmente, de sobrevivência, cura, resistência e (re)invenção de outros mundos possíveis diante de um cemitério continental construído em um único país.

Palavras-chave: Literatura indígena. Necropolítica. Yanomami. Covid-19. Violência estatal.

ABSTRACT

Indigenous literature offers the self-history of Indigenous peoples and the possibility of also being understood as a literature of survival. To consider Indigenous textualities as a means of producing knowledge and updating memories is to consider and conclude that they are a literature of existence and recognize it as a means of resistance to a society that has built a legacy of violence from colonization to the present day. The coloniality of being, in its most varied historical expressions, constitutes the matrix of a system structured to produce absences, inequalities, and domination over Indigenous peoples. In the pandemic scenario, Indigenous letters have resonated with the voices of peoples who have always faced death, especially when that death results from state negligence, which favors necropolitics. This article aims to highlight, through Indigenous literature, the traces of colonial violence that dehumanize a society through the process of invisibilizing the other to produce a politics of death, as observed with Indigenous peoples, particularly the Yanomami, during the COVID-19 pandemic. The

¹ Aluna do curso de Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: anastacia.medeiros@academico.ufpb.br.

² Professor do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba (DGP/UFPB). E-mail: vico.melo@academico.ufpb.br.

study involved bibliographical and documentary research, of a qualitative nature, and assumes an autoethnographic perspective by considering the exercise of alterity in the act of critical and sensitive reading by the author/researcher on the modes of community articulation present in these writings, which initially allowed identifying indigenous literature as politics of the living and resistance to necropolitics in which cooperation initiatives led by indigenous figures represented forms of political, identity, literary affirmation and, mainly, of survival, healing, resistance and (re)invention of other possible worlds in the face of a continental cemetery built in a single country.

Keywords: Indigenous literature. Necropolitics. Yanomami. Covid-19. State violence.

1 INTRODUÇÃO

O colonialismo enquanto prática histórica de domínio político e territorial sobre uma população para explorar recursos e força de trabalho, utiliza-se de práticas de violência e produção de morte, pois não há valor humano na relação de domínio (Césaire, 2010).

A sociedade atual ainda opera através da lógica colonial de dominação, só que não mais pelo domínio direto de exploração de riquezas e sim, por meio de um modelo econômico-capitalista de expropriação no sentido de confisco da capacidade humana e convocação para acumulação para expansão do capital, como leciona Fraser (2024). Percebe-se, com isto, uma lógica produtiva sempre em favorecimento do capital.

No cenário da pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19, o Brasil enfrentou uma crise sanitária, social e política orquestrada por interesses econômicos. Nela, apregoava-se que o mercado não podia parar de produzir, independentemente da realidade de mortes pelo vírus, refletindo a existência do colonialismo e de seu apetite contínuo pelo controle do indivíduo, inserido nas decisões políticas, econômicas e sociais³.

A partir do recorte da vivência dos povos originários Yanomami⁴ no período pandêmico, sentida através da escrita indígena como enfrentamento e lugar de sobrevivência (Graúna, 2013), é possível destacar as marcas da colonização na reprodução da violência pela ausência de políticas públicas de atenção a um grupo social como política de morte pelo Estado.

Os Yanomami formam uma comunidade indígena de agricultores e caçadores que se concentra nos territórios da Venezuela e do Brasil (nos estados do Amazonas e Roraima), cuja

³ MAIA, Gustavo. Secom apaga postagens com slogan 'O Brasil não pode parar' e diz que campanha não existe. **O Globo**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/secom-apaga-postagens-com-slogan-brasil-nao-pode-parar-diz-que-campanha-nao-existe-1-24335636>. Acesso em: 12 set. 2025.

⁴ "Yanomami" é um etnônimo produzido por antropólogos a partir da palavra yanômami que significa "seres humanos". Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 03 set. 2025.

população no ano de 2023 era cerca de 30.390⁵ indígenas segundo dados mais recentes fornecidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI Yanomami⁶), sendo povos que possuem uma forte ligação com o território onde a natureza representa uma entidade viva que se comunica e reflete na vivência da comunidade (Albert; Kopenawa, 2023).

O presente trabalho objetiva evidenciar os traços da violência estatal traduzida na invisibilização de indivíduos e grupos sociais, através de um processo de desumanização que gerou a morte de Yanomami no contexto da pandemia da Covid-19, ao passo que lidaram com a ausência do Estado e com a violência resultante do garimpo ilegal e da mineração ⁷.

Este cenário nos convida a pensar e indagar sobre como considerar uma história de pátria no Brasil em meio à realidade de que parte dos seus integrantes, os povos originários, foram duplamente postos à violência pelo legado histórico da colonização e pela morte em decorrência da pandemia por negligência estatal, construindo um cemitério continental.

A pesquisa se desenvolveu através da análise de autores de estudos descoloniais e pensadores indígenas (Quijano 2000; Césaire, 2010; Graúna, 2013; Mbembe, 2016; Dorrico, 2019; Albert; Kopenawa, 2023) sob o contexto do período pandêmico, destacando-se a percepção da literatura indígena como escrita de sobrevivência, de resistência e, portanto, de existência em uma sociedade que construiu uma história de um contínuo processo de tentativas de apagamento.

O trabalho envolveu pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo caracterizada pelo “[...] uso de estruturas interpretativas e teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano.” (Creswell, 2014, p. 50). Assume, ainda, uma perspectiva autoetnográfica ao considerar o exercício de alteridade no ato da leitura crítica e sensível do pesquisador sobre a experiência dos povos Yanomami, bem como uma etnografia crítica ao abordar questões relativas ao poder e controle (Creswell, 2014, p. 84) a partir da leitura das “Cartas Indígenas ao Brasil” e do livro “Diários Yanomami: Testemunhos da Destruição da Floresta” (Yanomami *et al.*, 2024).

⁵ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 03 set. 2025.

⁶ O DSEI Yanomami é uma unidade do Ministério da Saúde responsável por organizar e realizar serviços de atenção à saúde dentro da Terra Indígena Yanomami, envolvendo os estados do Amazonas e Roraima. Disponível em: <https://ufr.br/telessaude/dsei-yanomami-panorama-geral/>. Acesso em: 13 set. 2025.

⁷ Em meio à pandemia, invasões de terras e assassinatos de indígenas aumentaram em 2020. **Conselho Indigenista Missionário**, 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/relatorioviolencia2020/>. Acesso em: 03 set. 2025.

Ademais, foram utilizados materiais de teóricos indígenas no estudo com o propósito de visibilizar a narração da história por quem é vivida, com o ânimo de não reproduzir, inclusive, um traço marcante do colonialismo: legitimar a história contada pelos olhos do colonizador.

2 O PROJETO COLONIAL DE PODER

2.1 COLONIALISMO, COLONIALIDADE E A DESUMANIZAÇÃO DE POVOS COMO MECANISMO DE UM PROJETO DE DOMINAÇÃO

O colonialismo se refere a um modelo histórico de dominação política e territorial direta de um povo sobre o outro (colonizador/colonizado) para controlar seus indivíduos e explorar suas riquezas (usando-se de mecanismos de violência e produção de morte). Verifica-se que no colonialismo não há valor humano, nem relação social de troca e sim, relação de poder e sujeição que opera sob a lógica da hierarquia para que haja obediência e controle, onde o diálogo é inexistente. Há, portanto, um artifício ideológico utilizado para justificar a violência e o genocídio: os povos são desumanizados e despersonificados, a colônia não é vista como civilização e suas riquezas são usurpadas em nome do colonizador (Césaire, 2020).

Colonialidade, por sua vez, de acordo com Quijano (2000), envolve a manutenção do pensamento e de práticas coloniais na atualidade, mesmo que não haja mais o domínio territorial e político direto sobre uma população, país e povo, como no colonialismo. Ainda, segundo o autor, existe um padrão de poder responsável por essa colonialidade que tem como eixo uma classificação social da população a partir da ideia de raça, um marcador colonial que integra as dimensões mais importantes do poder mundial:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do **capitalismo colonial/moderno** e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a **classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial** e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, **origem e caráter colonial**, mas provou ser **mais duradouro e estável** que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num **elemento de colonialidade no padrão de poder** hoje hegemônico (Quijano, 2000, p. 117, grifo nosso, tradução nossa)⁸.

⁸ Versão original em espanhol: “La globalización en curso es, en primer término, la culminación de un proceso que comenzó con la constitución de América y la del capitalismo colonial/moderno y eurocentrado como un nuevo patrón de poder mundial. Uno de los ejes fundamentales de ese patrón de poder es la clasificación social de la

É na dimensão de poder baseada no elemento da raça que reside a mentalidade capitalista de transformar a forma de exploração do indivíduo, antes por meio da escravização e genocídio, hoje, pela transformação de corpos unicamente como força de trabalho. Segue-se, portanto, a lógica de que o capital determina falsas necessidades para fazer o indivíduo produzir, como explica Pereira (2013). Ainda, segundo a autora, há um processo denominado “Direitização” das políticas públicas que serve tanto aos interesses do capital, quanto ao do trabalho por apresentar uma natureza contraditória dependendo do contexto político-econômico vigente:

A incorporação Direitização, no sentido da submissão da política social ao crescente **poder do capital sobre o trabalho e da capacidade daquele de impor as definições das necessidades pessoais e sociais**. A sua meta, **sob a ingerência direta do capital, deixa de ser qualitativa e variada, como o são as demandas e necessidades das pessoas e grupos, e passa a ser quantitativa e singular, à semelhança das necessidades do capital, que se resumem na expansão e na maximização do lucro** – condição universal para a completa sobrevivência do capitalismo. Este é o objetivo mais importante do capital, para cujo alcance **destrói todos os demais valores humanos e transforma tudo em mercadoria ou em valores de troca, carreadores de lucros**. A política social se defronta aí com objetivos de bem-estar propiciados, fragmentadamente, pelo **mercado, que só atende a quem pode comprar**. Mas, por não poder suplantar-los, tal política adapta-se à função residual que lhe é reservada de aliviar, junto aos pobres, os sofrimentos causados pela debilitação de sua condição de cidadãos (Pereira, 2013, p. 19, grifo nosso).

Frente ao poder do capital, que é capaz de impor necessidades individuais e sociais, Quijano (2000) assinala sobre a existência de controle sobre todas as formas de controle da subjetividade:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo **uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital**, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, **como parte do novo padrão de poder mundial**, a Europa também concentrou sob sua hegemonia **o controle de todas as formas de controle da subjetividade**, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2000, p. 121, grifo nosso, tradução nossa)⁹.

población mundial sobre la idea de raza, una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial y que desde entonces permea las dimensiones más importantes del poder mundial, incluyendo su racionalidad específica, el eurocentrismo. Dicho eje tiene, pues, origen y carácter colonial, pero ha probado ser más duradero y estable que el colonialismo en cuya matriz fue establecido. Implica, en consecuencia, un elemento de colonialidad en el patrón de poder hoy mundialmente hegemónico”.

QUIJANO, Aníbal. El intelectual frente al pensamiento único: una entrevista con Aníbal Quijano, de Carlos I. Degregori y Carlos Reyna. **Que hacer. Revista del Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo**. Lima: DESCO, p. 6-16, 2000.

⁹ Versão original em espanhol: “La incorporación de tan diversas y heterogêneas historias culturales a un único mundo dominado por Europa, significó para ese mundo una configuración cultural, intelectual, en suma intersubjetiva, equivalente a la articulación de todas las formas de control del trabajo en torno del capital, para

Assim, infere-se que nada se colonizou por surpresa ou imprudência, mas sim porque existe um projeto que se articula em torno do capital e onde o indivíduo deixa de pertencer a si quando tem sua subjetividade controlada, pois há um padrão de poder que busca sempre o domínio de corpos, territórios e povos.

2.2 NECROPOLÍTICA: A PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA SOBRE OS CORPOS, TERRITÓRIO E ORIGEM

O cerne do projeto colonial sempre se sustentou na dominação e segue contemporâneo pelo exercício da força e pelo controle sobre o outro, delineando uma sociedade estratificada em graus de violência com a desnaturalização do indivíduo, estabelecendo relações de poder materializadas em exploração, expropriação, destruição e produção da morte.

A construção dessas relações a partir da lógica capitalista da assimetria de poder, acumulação de riqueza e exploração do trabalho nos leva a questionar como um poder tem essencialmente o objetivo de determinar o viver ou o morrer? Conforme Mbembe (2016), a necropolítica subjuga a vida ao poder da morte (gerencia a morte do indivíduo ao projetar sua vida nesse processo de enfrentamento da morte). Nesse sentido, produz-se violência ao passo em que surgem relações de resistência, sacrifício e, conforme leciona o autor, a morte ainda é capaz de estruturar a ideia de soberania, política e sujeito:

Em outras palavras, **o ser humano verdadeiramente “torna-se um sujeito”** – ou seja, separado do animal – na luta e trabalho pelos quais ele ou ela **enfrenta a morte (entendida como a violência da negatividade). É por meio desse confronto com a morte que ele ou ela é lançado(a) no movimento incessante da história.** Tornar-se sujeito, portanto, supõe sustentar o trabalho da morte. Sustentar o trabalho da morte é precisamente como Hegel define a vida do espírito. A vida do espírito, ele diz, não é aquela vida que tem medo da morte e se poupa da destruição, mas aquela que **pressupõe a morte e vive com isso** (Mbembe, 2016, p. 125, grifo nosso).

Nesta perspectiva, a carta indígena “Da APIB para o Brasil”, de 27 de agosto de 2021, publicada através do projeto “As cartas indígenas dos povos indígenas ao Brasil”, que reúne diversas cartas escritas como manifestação literária, denota a luta secular de resistência dos

establecer el capitalismo mundial. En efecto, todas las experiencias, historias, recursos y productos culturales, terminaron también articulados en un sólo orden cultural global en torno de la hegemonía europea u occidental. En otros términos, como parte del nuevo patrón de poder mundial, Europa también concentró bajo su hegemonía el control de todas las formas de control de la subjetividad, de la cultura, y en especial del conocimiento, de la producción del conocimiento.” (Quijano, 2000, op. cit.)

povos originários na história de pátria, em que o Brasil possui diversos “Brasis” (dentro de sua pluralidade cultural, econômica e social):

(...) **A nossa história não começou em 1988, e as nossas lutas são seculares**, isto é, persistem desde que os portugueses e sucessivos invasores europeus aportaram nestas terras para se apossar dos nossos territórios e suas riquezas. Por isso continuaremos **resistindo, reivindicando respeito pelo nosso modo de ver, ser, pensar, sentir e agir no mundo**.

Sob a égide do texto Constitucional, confiamos que a Suprema Corte irá sacramentar o nosso direito originário à terra, que independe de uma data específica de comprovação da ocupação, conforme defendem os invasores. Por meio da tese do “marco temporal”, **os atuais colonizadores querem ignorar que já estávamos aqui quando seus ascendentes dizimaram muitos dos nossos ancestrais, erguendo sobre os seus cadáveres o atual Estado nacional**. (APIB, 2021, *online*, grifo nosso).

É sobre os cadáveres citados na carta que a história foi construída e o legado de morte é um peso que o país insiste em carregar quando o Estado negligencia, deliberadamente, os direitos dos Yanomami e alimenta um sistema orquestrado para produzir ausências e desigualdades. Isto é permitir a produção de morte.

2.3 A PRODUÇÃO DE POLÍTICA DE MORTE: O ESTADO NÃO GARANTIDOR

Na pandemia da Covid-19, o Brasil atravessou um período de negacionismo à ciência e isto se refletiu no modo como o Governo, sob o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022)¹⁰, tratou a pauta sanitária e de saúde em detrimento da população e benefício da economia, assumindo o discurso, amplamente divulgado na mídia, de que “a economia não pode parar”¹¹.

Um dos traços marcantes da omissão do Estado durante a pandemia foi a não articulação quanto ao registro de dados para tratamento do colapso sanitário com as mortes ocasionadas pela Covid-19, em razão das restrições e atrasos promovidos pelo Ministério da Saúde sobre a divulgação do número de mortes pelo vírus. Por iniciativa de veículos da imprensa brasileira, foi criado o Consórcio de Veículos de Imprensa (CVI)¹² para informar os dados pandêmicos e

¹⁰ "O segundo ano do governo de Jair Bolsonaro representou, para os povos originários, a continuidade e o aprofundamento de um cenário extremamente preocupante em relação aos seus direitos, territórios e vidas, particularmente afetadas pela pandemia da Covid-19 – e pela omissão do governo federal em estabelecer um plano coordenado de proteção às comunidades indígenas. O ano de 2020 ficou marcado pelo alto número de mortes ocorridas em decorrência da má gestão do enfrentamento à pandemia no Brasil, pautada pela desinformação e pela negligência do governo federal. Esta realidade, lamentável para a população brasileira em geral, representou uma verdadeira tragédia para os povos indígenas" (CIMI, 2021, p. 10).

¹¹ Notícias veiculadas no Portal Gov.br ([Saiba mais](#)); CNN Brasil ([Saiba mais](#)); Veja ([Saiba mais](#)) e outros.

¹² O Consórcio de Veículo de Imprensa (CVI) foi uma iniciativa de veículos da imprensa brasileira (g1, O Globo, Estadão, Extra, Folha e UOL) criado para divulgar dados sobre o número de óbitos durante a pandemia e atuou na

garantir a transparência das informações sobre o impacto da Covid-19, além da cobertura vacinal.

Essa falta de articulação para promover a transparência em um período de risco para a saúde pública faz surgir o questionamento de que o Estado pode produzir política de morte a partir de sua omissão. A ausência de políticas públicas voltadas para o tratamento da agenda pandêmica direcionada aos povos originários, reafirma a ausência do Estado e corrobora a produção de necropolítica, quando se decide quem pode respirar (determinando quem pode viver ou morrer). De acordo com Foucault (1979), esse é o Estado atuando através da desqualificação progressiva da morte para poder ter controle sobre a população (biopoder/biopólítica), caracterizando o “fazer viver e deixar morrer” a partir dos interesses majoritários de uma classe dominante, a saber, o poder do capital.

Segundo Mbembe (2020), o direito universal à respiração transpõe o aspecto biológico e expõe os efeitos danosos do capitalismo quando ele subtrai de populações inteiras suas identidades, recursos, autonomia política e, com o controle de seus corpos, decide “quem vive” e “como vive”:

Antes deste vírus, a humanidade já estava ameaçada de asfixia. Se houver guerra, portanto, ela não será contra um vírus em particular, mas contra tudo o que condena a maior parte da humanidade à cessação prematura da respiração, tudo o que ataca sobretudo as vias respiratórias, tudo que, durante a longa duração do capitalismo, terá reservado a segmentos de populações ou raças inteiras, submetidas a uma respiração difícil e ofegante, uma vida penosa. Para escapar disso, contudo, é preciso compreender a respiração para além de seus aspectos puramente biológicos, como algo que é comum a nós e que, por definição, escapa a todo cálculo. Estamos falando, portanto, de um direito universal à respiração. (Mbembe, 2020, p. 9, grifo nosso).

Repensar a história da violência sobre os povos originários é indagar os caminhos pelos quais o Estado ainda falha e ainda produz morte, negando o direito universal à respiração enquanto aspecto biológico e enquanto decisão política sobre quem vai viver e quem vai morrer. Em razão disso, a pandemia constituiu mais um marco temporal de violência sobre as comunidades indígenas¹³ que já lidam com a morte por malária, desnutrição, intoxicação por

divulgação diária de informações epidemiológicas no período de 08/06/2020 a 28/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2023/01/28/criado-para-divulgar-dados-sobre-covid-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-chega-ao-fim.ghtml>. Acesso em 23 ago. 2025.

¹³ "O caso dos povos Yanomami, Ye'kwana e Munduruku exemplifica a estreita relação entre a ação dos invasores, a omissão do Estado e o agravamento da crise sanitária. Na TI Yanomami, onde é estimada a presença ilegal de cerca de 20 mil garimpeiros, os invasores devastam o território, provocam conflitos, praticam atos de violência contra os indígenas e, ainda, atuam como vetores do coronavírus – num território onde há também a presença de indígenas em isolamento voluntário. Em muitas aldeias, a pandemia levou as vidas de anciões e anciãs que eram verdadeiros guardiões da cultura, da história e dos saberes de seus povos, representando uma perda cultural inestimável – não só para os povos indígenas diretamente afetados, mas para toda a humanidade. Segundo dados

minérios e garimpo ilegal, por exemplo. Algumas cartas do período da pandemia nos retrata o desafio para além das crises sanitárias:

Carta “Das lideranças Hunikui para o Brasil” de 29 de setembro de 2020:

(...) A situação neste momento se torna mais agravante, devido **uma profissional de saúde da EMSI (Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena), ter adentrado a TI contaminada com o vírus compondo um número de 08 profissionais de saúde, realizando atendimento básico de saúde em mais de 20 aldeias da TI totalizando mais de 300 famílias que tiveram inevitavelmente contato com a profissional contaminada com o vírus, sendo que a tal doença foi comprovada através de teste rápido na profissional mencionada.** Neste exato momento às 15 horas do dia 27 do corrente mês e ano recebemos informações verídicas que na base onde se encontram instalada outra equipe da EMSI na aldeia Maronawa, um indígena do povo Kulina testa positivo para COVID-19. Estes denominados povos compõem mais 18 aldeias, **sendo considerados nômades e os mais vulneráveis neste momento de pandemia.** Agora já não sabemos com precisão quantos estão infectados com o vírus. Finalizamos **pedindo ao Ministério Público Federal a mediação junto aos órgãos de saúde e órgãos indigenistas para ações emergenciais de combate a propagação do vírus** entre as famílias indígenas, **evitando um genocídio nos Povos tradicionais** da Terra Indígena do Alto Purus (2020, *online*, grifo nosso)¹⁴

Carta “Dos Munduruku para o Brasil” de 02 de junho de 2020:

O rio é nosso tudinho. Vivemos da terra. Da cabeceira até a boca. Então, esse é nosso pensamento, dizer que está fora da área, não está. Está onde nós moramos, nós andamos em todo canto, não é só num lugar não. Então é muito bom vocês ouvirem a gente, nós temos o nosso pensamento, vocês tem o seu. Tem que mostrar também a nossa força, porque estamos no nosso direito, para defender o nosso rio, não pode estragar nosso rio e nossa mata”. Essa foi a fala do **grande Cacique Vicente Saw, da aldeia Sai Cinza que nos deixou no dia 01 de junho com setenta e um anos e com muito conhecimento sobre a defesa de nosso território** que o pariwat quer destruir de várias formas. **Também nos deixou no dia de hoje (02 de junho), o guerreiro e professor Amâncio Ikon Munduruku, com apenas sessenta anos,** uma grande liderança no médio Tapajós. Tio Amâncio inspirava os demais. Está sendo **uma das formas de destruição de nosso povo, a morte dos nossos sábios, nossos velhos, nossos conhecedores.** Essas perdas **não têm como reparar, esses senhores são guardadores do conhecimento que partiram pela doença covid-19.** Perdemos também, Jerônimo Manhuary (86 anos), Angélico Yori (76 anos) e Raimundo Dace (70 anos) para o coronavírus. São cinco Munduruku internados em estado grave em Jacareacanga, hospital sem UTI. Mais um Munduruku do médio que também está internado. **Essa mortandade no nosso povo não começa aqui, mas esse é um momento de luto para todos nós.** Cacique Vicente Saw e nossos sábios descansem em paz. Como dói perder uma liderança admirável, desejamos pêsames para todas as famílias Saw do povo Munduruku, e todo povo. **É como perder uma biblioteca que ensinava a todos.** Perdemos um grande líder, grande guerreiro, que lutou muito pelos direitos dos povos indígenas e pelo povo Munduruku, um pai, sempre alegre, mesmo nas dificuldades, como nós Munduruku fazemos. **Temos que resistir, tentar ser ainda mais forte, mesmo quando paramos e observamos que tem muitas estrada ou rios para caminhar e que não devemos perder as esperanças.** Que Karosakaybu, nosso criador, o acompanhe para um bom lugar.

da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), mais de 43 mil indígenas foram contaminados pela Covid-19 e pelo menos 900 morreram por complicações da doença no ano de 2020.” (CIMI, 2021, p. 10).

¹⁴ Disponível em: <https://cartasindigenasabrasil.com.br/cartas/de-liderancas-hunikui-para-brasil/>. Acesso em 30 ago. 2025.

Vocês, nossos anciões, **deixaram legado à resistência Munduruku!!!**
 Amâncio Ikon Munduruku,
 Vicente Saw Munduruku,
 Angélico Yori,
 Raimundo Dace e
 Jerônimo Manhuary
Presente! (2020, *online*, grifo nosso)¹⁵.

Carta “Dos Povos Indígenas do Amazonas para o Brasil” de 20 de janeiro de 2021:

Nós, abaixo assinados, oriundos de 65 povos indígenas do Amazonas, exigimos a vacinação contra a covid-19 para todos os povos indígenas do estado, inclusive o povo Warao.

Manifestamos nossas **preocupações com relação às decisões do governo federal no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19 e também no Plano Estadual de Imunização.** Nos dois Planos estão explícitos que entre os grupos prioritários de imunização estão os povos indígenas aldeados atendidos pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, num total de 410.348 indivíduos, **excluindo claramente os indígenas denominados pelo governo de não aldeados.**

Ressaltamos que, **nós, indígenas que vivemos fora de nossas aldeias/comunidades somos vistos pelo Estado como uma espécie de desertores étnicos, como se tivéssemos desistido da nossa identidade ancestral e aderido a uma nova identidade da cidade, como se tivéssemos escolhido não ter mais os nossos direitos enquanto indígenas.**

É assim que sentimos a **omissão do Estado em nos prestar uma atenção diferenciada à saúde que considere e respeite as nossas especificidades étnicas, culturais e sociais.** (...) (2021, *online*, grifo nosso)¹⁶.

A carta indígena “Da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil para os Parentes”, de 31 de agosto de 2020, por sua vez, nos informa a percepção democrática que é necessária para a coexistência dos interesses indígenas e mostra a relevância na tomada de decisões políticas que precisam ser estruturadas para alterar a realidade:

(...) A Democracia necessariamente implica em participação, inclusive nas tomadas decisões, é por isso que falamos de democracia representativa e democracia participativa. No primeiro modelo é que se enquadra a eleição de vereadores/as, prefeitos/as, deputados e deputadas sejam estaduais ou federais e senadores e senadoras. Essa participação, e se marcada por revezamentos, é necessária para a democracia. Por isso é **preciso democratizar as instituições, uma vez que constituem espaços de tomada de decisões (econômicas, sociais, políticas, culturais) que impactam a vida de todo um povo.** Desde essa perspectiva, a democracia brasileira, **após de 33 anos de abertura democrática certamente não conseguiu se consolidar em plenitude, embora ela mesma seja um processo contínuo de construção,** mas esse processo corre riscos de ser truncado mais uma vez.

Mas também não podemos esquecer da anulação dos espaços públicos, instancias e

¹⁵ Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/dos-munduruku-para-brasil-2/>. Acesso em 12 ago. 2025.

¹⁶ Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/de-65-povos-indigenas-para-brasil/>. Acesso em 30 ago. 2025.

mecanismos de participação na formulação, implementação, monitoramento e **avaliação das responsabilidades sociais dos distintos entes do Estado, que na atual conjuntura foram covardemente golpeados, restando apenas para os movimentos e organizações sociais o seu potencial histórico de mobilização, pressão e compartilhamento mesmo que forçado do poder de decisão dos poderes constituídos sobre a vida cidadã.** Tudo isso constitui a dimensão da democracia participativa.

O ideal, porém é conseguir a reforma plena do sistema político, não apenas no aspecto eleitoral, mas sim além das estruturas clássicas partidárias e do predomínio dos interesses do poder econômica e das corporações, que **implicaria na participação do povo, a partir de suas especificidades e diferenças nas tomadas de decisões de toda ordem,** incluindo o poder de veto popular a decisões que prejudiquem os interesses e direitos da população, seja na forma de plebiscito, referendo ou iniciativa popular, previstos pela Constituição Federal.

De todos os modos a Democracia que temos ai hoje é essa: em tese representativa, debilmente participativa e menos popular, e ainda gravemente ameaçada pelo governo de Jair Bolsonaro. Não por isso os povos indígenas vão se eximir de fazer luta institucional. Por isso temos que reivindicar equidade nas disputas, mesmo dentro dos partidos, no financiamento público e na ocupação de espaços de publicidade, **sem perder de vista, é claro, a nossa luta contra as forças do capital que tomaram conta nesses anos todos das instituições. (...)** (grifo nosso)¹⁷

As cartas apresentadas podem ser pensadas como escrita de sobrevivência (Graúna, 2013), dentro do universo da literatura indígena, que compreende ainda rezas, cantos, danças, reunindo expressões da coletividade que reafirmam a identidade nelas contidas e traz a história narrada por seus protagonistas.

3 LITERATURA INDÍGENA COMO POLÍTICA DO VIVENTE E RESISTÊNCIA À NECROPOLÍTICA

3.1 O CONTEXTO PANDÊMICO AOS OLHOS DO YANOMAMI

Os povos originários¹⁸ possuem uma relação território-corpo e equilíbrio ecológico-espiritual que acompanha toda a sua origem e descendência como espelho de sua identidade, não sendo possível a defesa da vida sem a preservação da floresta (Albert; Kopenawa, 2023). Assim, é inimaginável pensar em um futuro se rompida essa ligação com o território e o espírito da floresta.

¹⁷ Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/da-articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil-para-os-parentes/>. Acesso em 12 set. 2025.

¹⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>. Acesso em 30 ago. 2025.

A morte por epidemias dentre os povos Yanomami não é novidade com relação à incidência da Covid-19¹⁹, mas no contexto da omissão estatal e da ação do garimpo e mineração, é o motivo pelo qual a morte foi duplamente enfrentada pela comunidade indígena, ocorrendo fora do contexto de morte natural (pela passagem do tempo) e dentro do legado de violência.

Em uma primeira passagem destacada na obra de Albert e Kopenawa (2023, p. 159-160), o texto “Xawara A, a fumaça de epidemia” versa sobre as epidemias em 1920 e registra o anseio quanto à volta da morte por velhice:

Os brancos, assim, nos contaminaram sem parar, desde há muito tempo. Por isso é que os nossos desapareceram, uns após outros. Hoje, basta. Não queremos mais morrer da fumaça de epidemia dos brancos. Já estivemos bastante amedrontados com seu poder de morte. Agora, queremos poder morrer de velhice, como antigamente.

No início, quando Omama a acabara de nos criar nesta floresta, nossos antepassados não costumavam adoecer muito. Todos estavam em boa saúde. As pessoas se extinguíam como tições quando já estavam muito velhas e tinham ficado cegas e secas. Só as crianças desmamadas antes do tempo morriam facilmente. Os espíritos maléficos da floresta ne wãri pe devoravam também alguns adultos. Os feiticeiros inimigos oka pẽ também matavam um ou dois anciãos. As pessoas guerreavam, flechando-se de uma aldeia para outra, **mas poucas morriam por causa disso.**

Nossos antigos eram felizes assim por não morrerem demais. Naquele tempo, podiam adoecer sem muito temor, os xamãs, que **ainda eram numerosos**, os protegiam com seus espíritos xapiri pẽ e expulsavam para longe as doenças. Depois as velhas refrescavam seus corpos com banhos de plantas de cura. Era assim que eles se tratavam, antigamente (Albert; Kopenawa, 2023, p. 159-160, grifo nosso).

Em uma segunda passagem mais contemporânea, no texto “Covid-19: o caçador-canibal e a montanha do morcego” os autores Albert e Kopenawa apresentam o nome Yanomami “Krukuri siki” em atribuição ao que chamamos de “coronavírus” e igualmente destaca, como seus antepassados, que a morte advinda de seus invasores os ensinou a morrer (na perspectiva de morte provocada, não natural), enquanto a população em geral descobria, com a pandemia, a morte imposta/ o “poder da morte” (2023, p. 163-164):

Antigamente, muitos de nossos antepassados morreram de epidemia. Assim, eles nos ensinaram a morrer. É por isso que essa nova epidemia não nos assustou tanto, mesmo que ela meta medo nos brancos, ainda que tenham sido eles, mais uma vez, que a trouxeram até nós. Nós, moradores da floresta, já conhecemos esse tipo de mal que devorou muitos dos nossos. Mas desta vez menos morreram, 20 não é como no tempo dos antigos. Por quê? Acho que é porque nosso sangue tem a força do sangue de toda a caça da floresta que comemos: tartarugas, macacos, antas, tamanduás, onças... As imagens dos antepassados animais que os xamãs fazem dançar nos protegeram. Eles não querem que a gente morra tanto quanto antigamente.

¹⁹ Morre índio yanomami com coronavírus. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/saude/noticia/2020-04/morre-indio-yanomami-com-coronavirus>. Acesso em: 03 set. 2025.

Despacharam a força dessa epidemia para outro lugar, longe de nós. **Os brancos temem tanto essa epidemia porque não conhecem a morte que ela traz. Estão apavorados por morrerem em quantidade tão grande, quando na verdade ela vem deles. Por que ela não nos apavora?** Porque o que realmente nos dá medo hoje são os garimpeiros e as mineradoras, os que devastam a terra, desmatam a floresta e envenenam os rios com a lama e o mercúrio; os que empestieiam nossa floresta com a malária que devora todas as nossas crianças sem parar. **Por que os brancos não deveriam estar tão surpresos pela morte do que eles chamam de "coronavírus"? Porque são os restos" de sua destruição da floresta.** É a marca do caminho deles sobre sua terra.

(...)

É o que dizem os espíritos dos nossos antigos xamãs. Eles não queriam muito que eu divulgasse essas palavras, de medo que os brancos se zanguem conosco por lhes dizer essas coisas, quando eles já sofreram tanto com esse coronavírus. **Mas mesmo assim eu lhe dou essas palavras para que você as desenhe no papel e as faça ouvir por todo lado, pois eles devem saber. Está bem?** (Albert; Kopenawa, 2023, p. 163-164, grifo nosso)

Na perspectiva Yanomami, a exposição à morte pelo Covid não causou grande temor à pandemia porque eles foram “ensinados a morrer”. A sociedade, de um modo geral, temeu a pandemia porque viram os “seus” morrerem em grande escala por ação de um vírus antes desconhecido e com alto potencial letal. Aos olhos dos Yanomami, o poder de morte foi intensificado através de inimigos recorrentes: garimpeiros e mineradores, aliado ao desmatamento de florestas, envenenamento de rios e surgimento de endemias como a malária²⁰.

Como retrato da colonialidade, na qual há a subordinação de pessoas e países aos interesses do capital, os Yanomami já vislumbraram o efeito danoso da relação colonizador/colonizado que é o de alcançar sempre uma nova camada de estrato social para servir à busca incessante do capital. Dessa vez, a pandemia da Covid-19 fez o mundo vivenciar em larga escala a realidade dos povos originários com a imposição do poder da morte, as quais os Yanomami associam aos restos de destruição da floresta (Kopenawa, 2023).

3.2 AS VOZES INDÍGENAS SENTIDAS A PARTIR DE CARTAS E DO DIÁRIO YANOMAMI

²⁰ "Os povos, neste contexto, ficaram em situação de absoluta vulnerabilidade, uma vez que o Estado, ao invés de protegê-los, tornou-se o agressor. Os incêndios criminosos tornaram-se uma prática e mostram as faces de dor dos povos da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal que tiveram suas terras e vidas devastadas. Os dados das violências contra o meio ambiente, a exemplo da derrubada de mais de um milhão de árvores por dia, da invasão de mais de 20 mil garimpeiros dentro da terra Yanomami – em seu conjunto – mostram famílias obrigadas a migrar de um lugar para outro, porque a terra está sendo desmatada, queimada, escavada e aniquilada pela ação dos madeireiros e garimpeiros que, além dos riscos a que submetem as comunidades, contaminam o ar, as águas e comprometem a qualidade de vida." (CIMI, 2021, p. 19).

É possível sentir nas cartas e no diário Yanomami a presença de um “eu” indissolúvel do coletivo, uma voz que protagoniza uma presença étnica coletiva configurando a “poética do eu-nós”, discorrida por Dorrico e Rodrigues (2023, p. 2-3):

(...) Importante saber que, **quando falamos de autoria indígena, automaticamente falamos de identidade coletiva**. Isso significa que todo sujeito indígena, nativo, originário **pertence a uma sociedade/nação/etnia cuja história, memória e códigos nacionais** ou foram apagados, ou foram interrompidos drasticamente de viver sua autonomia, ou continuam concomitantemente vivendo esses processos. É um pouco **triste, não é, saber que nossas nações viveram e vivem processos de subordinação e que somos nós mesmos que temos de denunciar os processos de violência a que somos submetidos**. Continuando a reflexão sobre a autoria indígena, é um pouco dessa mensagem que quero passar, que **todo indígena possui o pertencimento à sociedade originária que antes de tudo não comunga com o ideal explorador/colonial/etnogenocida** da sociedade ocidentalizada e seus derivados. Nisso, **ao escrever, escrevo junto a meus ancestrais, à memória de sobrevivente, ou, diria, de refugiada em meu próprio território**. A poética do eu-nós é essa autoria que é **fundamentalmente assentada na identidade e a reflete**, mas também é essa escrita que escolhe um modo de vida que não é acidental ou metafórico, que é antes de tudo uma poesia que eu sequer sei exprimir e que é uma parte desse livro aberto que conhecemos como lavrado ou terras de Makunaimã. (grifo nosso)

A “poética do eu-nós” reflete um sujeito singular e plural que espelha um coletivo étnico que representa os interesses da comunidade indígena em representação do todo. Neste contexto, podemos perceber o ideário coletivo de continuidade de luta e reivindicação nas cartas indígenas do período pandêmico. A carta “Da COIAB para o Brasil: carta aberta em defesa da vida dos povos indígenas isolados”, de 30 de novembro de 2021, denuncia a invasão ilegal, o desmatamento, a morte por Covid-19 e o enfraquecimento da política indigenista, mas também uma resposta de resistência a um governo considerado genocida:

(...) Primeiramente, denunciaremos os crescentes ataques e pressões sobre os territórios dos nossos **parentes “isolados”** em diversas regiões da Amazônia. Na TI Yanomami, por exemplo, a **invasão ilegal** descontrolada de mais de 20 mil garimpeiros ocasionou recentemente a morte de duas pessoas Moxihatêta. Em outras terras indígenas, temos outros cenários trágicos ocasionados pelas invasões ilegais em seus territórios. Sabemos que, nas cinco terras indígenas mais desmatadas (TIs Munduruku, Apyterewa, Ituna-Itatá, Trinchira Bacajá e Cachoeira Seca) em 2020, há presença dos povos “isolados” ou de “recente contato”. Em 2021, também foram registradas altas taxas de **desmatamento** nas TIs Piripkura e Uru Eu Wau Wau, áreas onde também vivem nossos parentes “isolados”. Por isso, cobramos que essas ilegalidades sejam investigadas, e os seus responsáveis punidos. Também queremos lembrar que **o novo coronavírus entrou de forma avassaladora em nossas aldeias**. Mas nós, povos indígenas, nos organizamos de diversas formas para impedir que o vírus também chegasse aos nossos parentes “isolados”. Ao mesmo tempo, o governo não implementou medidas efetivas de prevenção e tratamento em nossos territórios. Destacamos ainda que, diante do gradual **enfraquecimento da política indigenista** da FUNAI, e do fortalecimento da **pauta governamental contra nossos direitos**, **estamos aperfeiçoando cada vez mais nossas iniciativas autônomas e nossas**

estratégias para a proteção de nossos territórios, e para o bem viver dos povos indígenas isolados.

Dessa forma, reforçamos que **continuaremos vigilantes em defesa** de nossos direitos. Juntos, vamos continuar lutando pela vida daqueles que decidiram viver de forma autônoma em seus territórios. Como os nossos parentes “isolados”, **seguiremos resistindo, sem nos intimidar com esse governo genocida!** (2021, online, grifo nosso)²¹.

A carta “Do CIR para o Brasil” de 12 de janeiro de 2021 destaca a duradoura luta em defesa do território e do meio ambiente contra a atuação estatal (executiva e legislativa) conivente com a destruição da biodiversidade e da vida humana, indígena ou não. Deve-se buscar a defesa da vida em suas mais variadas formas de expressão social:

(...) Em plena Pandemia, em que o estado de Roraima **a beira do colapso na saúde, com centenas de mortes e com o descaso com a saúde por falta de condições de atendimento nas unidades hospitalares**, infelizmente assistimos a atuação do Executivo às escuras, final de ano, **encaminhando um PL que não atende a realidade** das populações tradicionais.

Nós recusamos a compactuar com mais um ataque ao meio ambiente, ter um lugar saudável significa qualidade de vida para todos indígenas e não-indígenas, é dever de todos defender um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preceitua a nossa Constituição da República. Não é de hoje que o CIR denuncia essa **atividade ilegal que causa mortes, poluição dos rios e os peixes com mercúrio, e coloca em risco toda biodiversidade e a vida humana**. Os povos indígenas enfrentam e sofrem com os impactos do garimpo **há décadas** nas terras indígena Yanomami e Raposa Serra do Sol.

Defender a “Mãe terra” não é uma questão ideológica de esquerda ou da direita, mas sim proteger a vida de toda população, por isso é uma **responsabilidade de todos**: indígenas, urbana, ribeirinhos, pescadores etc. Aprovar o PL 201 **é legalizar a destruição** das floretas, poluição dos rios, lagos, igarapés e do nosso rico lavrado, a qual é habitat de milhares de animais, aves, peixes e de toda espécie de ser vivo.

Diante desse cenário e do risco iminente de aprovação da PL 201/2020 na casa Legislativa de Roraima, o CIR se manifesta contra esse projeto, e conclama a sociedade roraimense a defender **o nosso meio ambiente**, como lagos, rio, florestas, lavrado e toda biodiversidade.

NÃO ao PL 201/2020!

NÃO a liberação de mercúrio! NÃO ao garimpo! (2021, online, grifo nosso)²².

A obra “Diários Yanomami: Testemunhos da destruição da floresta” reúne uma coleção de textos a partir de diários, entrevistas e depoimentos realizados por pesquisadores Yanomami entre os anos de 2021 e 2023 e que, através do diálogo em diferentes espaços, representa uma iniciativa de denúncia à violência ocasionada pela exploração garimpeira no período de 2019 a 2022, somada aos desdobramentos da má gestão da pandemia da Covid-19. Sobre a voz indígena perceptível no trecho do diário “Bolsonaro manda garimpeiros para a Terra Yanomami”, por Mozarildo Yanomami (2024, p. 121-123):

²¹ Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/da-coiab-para-brasil/>. Acesso em 10 ago. 2025.

²² Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-cir-para-brasil-2/>. Acesso em 10 ago. 2025.

(...) **Bolsonaro pensa:** “os Yanomami são irresponsáveis” e, por isso, continua falando de nossa Terra Yanomami. Ele não tem qualquer consideração por nós e repete sempre isso. Ele é **nosso inimigo e nos causa sofrimento**, mas quando deixar de ser presidente, vai parar de dizer isso. **São palavra hostis, falas sem responsabilidade. Por que ele quer governar todo o Brasil, mas tem ódio de nós, Yanomami?**

Esse presidente está contra nós, mas outros líderes brancos, de países distantes, são nossos aliados e falam a nosso favor. Por isso, não ficamos desesperados. Esses nossos aliados nos dizem: “os garimpeiros, filhotes desse presidente, podem até dizer: “o presidente faz coisas certas na sua terra”, mas nós não acreditamos neles. **Os brancos que querem dominar toda a terra não a governam com retidão.** Eles só dizem más palavras. Embora a Terra Yanomami esteja demarcada, eles **só enviam os garimpeiros**”.

Os brancos acham que os Yanomami são bobos, mas nós somos espertos. Já sabemos que **as pessoas que devastam nossa floresta não trazem bom viver, nem saúde.** Nós sabemos **e guardamos na lembrança o sofrimento dos Yanomami esqueléticos por causa da força da malária** em regiões onde há muitos garimpeiros (Yanomami, 2024, p. 121-123, grifo nosso)

A voz indígena no trecho do diário “Atendimento à saúde”, por Mozarildo Yanomami (2024, p. 133-34) em região em que o posto de saúde está fechado há anos:

No Warokoiu há uma equipe de saúde que atende os Yanomami das comunidades de Kapuru, Xokoimopiu, Yokotopi, Yerekeopii, Rarupiu e Waharipi u. Os pacientes dessas comunidades se deslocam até o posto de saúde onde estão guardados os remédios. **Os pacientes aparecem, mas os brancos da equipe de saúde dizem que não há remédios. Os Yanomami chegam muito doentes, mas os profissionais de saúde do Warokoiu mandam-nos de volta sem atendimento.** Dizem sempre isto: “não há remédios mesmo. **Você está muito doente, mas precisa voltar para casa**”, e os deixam sofrer. **Os Yanomami já sabem disso.**

(...) Os Yanomami que observam dizem assim: “os remédios não acabam sozinhos, por conta própria. Eles usam os remédios para atender os garimpeiros que chegam doentes. Os garimpeiros deram ouro para essa pessoa da saúde que, em troca, deu muitos remédios”. **Quando encontram outros Yanomami doentes, contam: “ontem, os garimpeiros deram muito ouro e levaram muitos remédios”. É por isso que, entre os Yanomami, não se vence a malária, não se acaba com a doença.** Eles perguntam: “por que vocês acabam com os nossos remédios tratando os garimpeiros?”. E os atendentes respondem: “vocês não gostam que nós os tratemos, mas se nós não os atendermos, eles vão nos matar. **Dão a versão deles e não nos entendem.** (...) (Yanomami, 2024, p. 133-34, grifo nosso)

Quanto à voz indígena no trecho do diário “Desnutrição infantil”, por Mozarildo Yanomami (p. 105):

(...) As crianças emagrecem, ficam com deficiências, com a pele amarelada, não conseguem falar, o intestino sangra, os olhos ficam vermelhos. As crianças Yanomami ficam assim. **As mães se enganam quando dizem: “nossos filhos têm problemas sem explicação”** (Yanomami, 2024, p. 137, grifo nosso).

A respeito da voz indígena no trecho do diário “Crianças tomam gasolina”, por Yanomami (p. 137):

Nós, Yanomami, não bebemos gasolina, mas os jovens do Warokoiu, sim. Seus pais, porém, não reclamam. Eles pensam: "as crianças se prejudicam sozinhas", e não tentam proibir. Quando a aeronave dos garimpeiros aterrissa, eles carregam a gasolina e alguns a pegam. É o que fazem os filhos do povo do Warokoiu. **Mas não bebem, aspiram pelo nariz.** Quando perguntei a um menino: "o que vocês pensaram para começar a tomar gasolina?". Ele me respondeu: **"não sei... Fazemos isso há muito tempo e continuamos.** Não tomamos cachaça. **Nosso pensamento fica alterado com gasolina, então fazemos isso".** Foi o que me disse quando perguntei para ter informações certas. Quando perguntei "como aprenderam a cheirar o vapor da gasolina?", ele disse: **"nós fomos até um garimpeiro que estava bêbado, o vimos e começamos a cheirar gasolina"**. E acrescentaram: "mas não bebemos a gasolina, só cheiramos o vapor. **Com o efeito do cheiro da gasolina, não sentimos a fome"**. É por isso que meninas e meninos aspiram gasolina (Yanomami, 2024, p. 137, grifo nosso).

Por sua vez, a voz indígena no trecho do diário “Violência”, por Yanomami (p. 107):

Nós somos velhos, mulheres, crianças... **Por que razão os garimpeiros querem atirar na gente, cortar os corpos dos Yanomami, atear fogo em suas casas?** Os jovens rebatem os velhos. As moças não respeitam suas palavras, roubam coisas e os garimpeiros atacam. Eles dizem: "vocês não controlam seus filhos, que roubam nossas coisas, por isso, vamos matá-los! Quando acabarmos com todos eles, vamos poder tirar o ouro sozinhos, em paz". Eles disseram isso no dia 19 de junho de 2020. Ainda hoje querem matar as pessoas. Ameaçam constantemente, mas suas palavras são enganosas. Embriagados, eles falam à toa. Só quando estão sóbrios é que parecem dizer a verdade. Quando estão sóbrios, não ameaçam matar os Yanomami; só quando estão bêbados é que nos matam. Dizem aos Yanomami: **"vocês não sabem que nós acabamos com aqueles Yanomami lá em Haximu? Não roubem nossas coisas!"**. E continuam: "queremos matar vocês de novo. Só não matamos porque temos medo dos governantes e das forças policiais que estão de olho em vocês" (Yanomami, 2024, p. 107, grifo nosso).

A voz indígena no trecho do diário “A palavra do governante dos brancos”, por Yanomami (p. 119):

"O nosso chefe nos disse o que fazer com vocês: 'distribuíam certa quantidade de ouro para os líderes dos Yanomami. Por isso, vamos dar ouro para vocês. Bolsonaro nos disse: 'então, se vocês extraírem ouro da Terra Yanomami, devem dar também para eles' Por isso nós ajudamos vocês". Eles mentem: "ele nos disse para dar também dinheiro: 'se vocês trabalharem na terra dos Yanomami, deem para eles'. Bolsonaro falou assim, por isso nós ajudamos vocês". **Assim dizem, mas o que fazem não é trabalho. Se trabalhassem de verdade, não destruiriam a floresta, nem estragariam os rios. Eles só querem se deitar com as mulheres yanomami. Se trabalhassem de verdade, da forma correta, fechariam as crateras que abriram.** Eles não ouvem de perto as palavras de Bolsonaro e não lhe respondem. Falam por conta própria e destroem nossa floresta sem se importar. Dizem que seus chefes os enviaram, mas não é assim. Eles ouviram, de longe, as palavras de incentivo de seus chefes e chegaram provocando sofrimento na nossa terra (Yanomami, 2024, p. 119, grifo nosso).

A voz indígena no trecho do diário “Como eu penso”, por Yanomami (p. 139-141):

Penso assim. Antigamente, quando nós, Yanomami, vivíamos sozinhos, estávamos bem. Agora, com estas doenças que chegaram, nós sofremos. **Não pensem que as doenças chegaram espontaneamente ou que nós sofremos à toa.** Há muito tempo, Omama escondeu as doenças embaixo da terra. Nas profundezas, onde ele escondeu as epidemias (xawara), **agora os garimpeiros estão desenterrando materiais e liberando doenças.** Nas serras, onde vivem os espíritos-auxiliares (xapiri pe), há epidemias subterrâneas que também foram soltas.

A epidemia não se cria sozinha. Na Terra Yanomami, conforme os garimpeiros aumentavam, fortalecia-se a letalidade das epidemias. Quando nós formos exterminados por essa epidemia que nos mata, não virá mais ninguém. Vocês, garimpeiros brancos, querem acabar conosco, mas ninguém surgirá depois. A epidemia deles só mata a nós, Yanomami: a malária, as doenças respiratórias, as moléstias que deixam a pele rugosa, a doença transmitida às mulheres, as doenças que fazem descascar a pele, a doença com secreções e outras que não conhecemos. Essas epidemias chegam junto com os garimpeiros que vêm de longe. Os nossos espíritos xapiri pe não sabem como acabar com a força dessas doenças dos brancos. Não sabemos como nos curar.

Nossa terra também tem serras. Na profundidade das serras moram os xapiri pé, e lá é que ficam suas casas. Por isso, nós, xamãs yanomami, não queremos que vocês, devastadores da floresta, destruam as serras. Os espíritos xapiri pe ficam de pé junto com as serras. Não queremos que isso seja destruído. Os rios já secaram. As águas já acabaram. Por isso, divulgamos estas palavras. Quando não conhecíamos os garimpeiros, o nosso modo de viver era muito bom. Não estávamos preocupados. Naquele tempo, não havia epidemias letais. Vivíamos com saúde e trabalhávamos. Éramos saudáveis para ir caçar e pescar. Com timbó, pegávamos os peixes e comíamos. Estávamos bem. Agora, não é mais assim (Yanomami, 2024, p. 139-141, grifo nosso).

Por fim, a voz indígena no trecho do diário “A contribuição desta pesquisa para nós, Yanomami”, por Yanomami (p. 25):

Eu quero que vocês, brancos que nos defendem à distância, ouçam estas minhas palavras. Não pensem "as palavras desses textos de pesquisa são falsas". Os garimpeiros já devastaram nossa Terra Yanomami. Por que eles continuam a mexer com nossas mulheres? **Se vocês, brancos distantes, não sabem que eles estão nos afligindo, as palavras escritas de minha pesquisa irão alertá-los.**

Quero que vocês reflitam. Por que os garimpeiros, que não são Yanomami, se comportam tão mal com as nossas mulheres? Quero que vocês pensem depois de lerem estas palavras. Os garimpeiros pensam, "será que os Yanomami não têm sentimentos?", e dizem: "nós, garimpeiros, não temos medo de vocês, Yanomami". **Fico angustiado porque eles semeiam o medo entre nós, por isso, advirto vocês.** Eu penso assim.

Antes, quando não havia jovens Yanomami fazendo pesquisas, vocês que nos defendem não sabiam que os garimpeiros já nos matavam, como aconteceu em Haximu. **Então, esta minha pesquisa explica isso.** Para mim é assim: depois da pesquisa feita, **os nossos aliados distantes vão nos proteger.**

Se não os informarmos detalhadamente, como aconteceu no passado, os garimpeiros vão continuar nos massacrando. Com isso em mente, divulgo esta pesquisa para alertar vocês (Yanomami, 2024, p. 25, grifo nosso).

3.3 A ESCRITA COMO PERSPECTIVA DE SOBREVIVÊNCIA, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA

A literatura indígena enseja a auto-história dos povos originários e a possibilidade de ser compreendida também como literatura de sobrevivência e de enfrentamento (Graúna, 2013). Pensar as textualidades indígenas como meio de produção de conhecimento e de atualização de memórias é perceber uma literatura de existência e de resistência à sociedade que construiu um legado de violência desde a colonização até os tempos atuais, como bem pontua Graúna (2013) sobre a voz que emana da literatura indígena:

A literatura indígena contemporânea é um **lugar utópico (de sobrevivência)**, uma **variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas) ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizadas nas origens**, a literatura indígena contemporânea vem **se preservando na auto-história** de seus autores, e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que **semeia outras leituras possíveis** no universo de poemas e prosas **autóctones**. (Graúna, 2013, p. 15, grifo nosso)

Nesta perspectiva, a literatura pode ser considerada como formação de consciência, já que se torna memória escrita e assim constitui uma relação para manter a identidade cultural e o convívio em sociedade. Todavia, a escrita não é o esvaziamento da oralidade, é a escrita para contar, é a escrita sobre o que se acredita, é a escrita pelo jeito simples de viver para que saibam que a liberdade é possível (Munduruku, 2020).

Pensar a literatura indígena é visualizá-la como ancestralidade, identidade, relação com a natureza e território. Portanto, é pensar sobre vivência e também sobre os desafios enfrentados de combate à violência e à morte, afirmando-se um lugar de esperança e (re)invenção de outros mundos possíveis diante de um cemitério continental herdado pelo colonialismo.

A pandemia da Covid-19 desencadeou mais uma forma de resistência: a resistência ao Estado que chancelou a máxima de “O Brasil não pode parar!”, corroborando ainda mais o capitalismo que se faz predatório e que direciona as escolhas da humanidade partindo de uma visão antropocêntrica de mundo e completamente apartada da natureza (Krenak, 2020). Neste caos capitalista de se extrair proveito de tudo, até da vida, as relações de aproximação, complementaridade e respeito que os povos originários nutrem com a natureza demonstram o poder de adiar o fim do mundo como trata o pensador indígena Krenak (2020), ressoando para todos a existência de um outro caminho que não a destruição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia decorrente do vírus da Covid-19 produziu ausência, desigualdade e dominação sob o manto da necropolítica. Recaiu sobre a sociedade em doses e camadas de violência, produzindo morte para se fazer produzir relações de poder e materializar exploração, expropriação e destruição. Através da literatura indígena é possível pensar a escrita dos povos originários como lugar de sobrevivência, resistência e (re)invenção de outros mundos possíveis.

No contexto pandêmico, as cartas denunciaram o enfrentamento à pandemia e à violência estatal sobre os povos originários, em destaque os Yanomami, decorrente da violência colonial e da morte por negligência do Estado pela ausência de políticas públicas desenhadas e articuladas para combater e encerrar o legado histórico de violência. Essa ausência do Estado reside como produção de necropolítica, de colonialidade.

As “Cartas” e o “Diário Yanomami” protagonizam uma voz de presença ora individual, ora coletiva que nos dá a dimensão de um coletivo étnico sempre presente nas textualidades indígenas que nunca descarta a visão de um futuro esperançoso e de crença na natureza para contrapor um passado de perda e destruição.

Vislumbra-se, ainda, um caminho de possível avanço com a pesquisa para revisitar as cartas indígenas a partir do recorte do período colonial e identificar iniciativas de resistência, possíveis diálogos de cooperação e respostas de solidariedade, inclusive atentando para as interfaces da Carta de Pero Vaz de Caminha e suas implicações históricas.

Diante do exposto, a escrita indígena tem a capacidade de assumir múltiplos papéis, como a produção de conhecimento, atualização de memórias, afirmação identitária/cultural, o enfrentamento e resistência à violência, em que a articulação desses propósitos assumem, em si, uma iniciativa de cooperação para denunciar o horror da morte em um sistema capitalista estruturado para produzir desigualdades e dominação sobre os povos.

REFERÊNCIAS

ABANT. Yanomami: tragedia humanitaria anunciada. <https://portal.abant.org.br/yanomami-tragedia-humanitaria-anunciada/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **O espírito da floresta: A luta pelo nosso futuro**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2023.

APIB. **Da APIB para o Brasil**. Brasília – DF, 27 de agosto de 2021. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/da-apib-para-o-brasil-2/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BOND, Leticia. Morre índio Yanomami com coronavirus. **Agência Brasil**, 2020. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/morre-indio-yanomami-com-coronavirus>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre el colonialismo**. Ediciones Akal, 2010.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório - Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: 07 set. 2025.

CIMI. RELATÓRIO Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil DADOS DE 2020. CIMI, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/10/relatorio-cimi-assassinatos-de-indigenas-aumentaram-mais-de-60-no-primeiro-ano-da-pandemia-aponta-cimi.pdf>.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. Penso Editora, 2014.

DORRICO, Julie; RODRIGUES, Cecília. A poética do eu-nós: uma conversa com Julie Dorrigo. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 69, p. e6914, 2023.

DORRICO, Julie. A estrutura do homem integrado à natureza como princípio da literatura brasileira contemporânea. **Espaço Ameríndio**, v. 13, n. 2, p. 242-242, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. Autonomia Literária, 2024.

GRAÚNA, Graça; WALTER, Roland. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Brasil Indígena. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>. Acesso em: 03 jul. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)**. Editora Companhia das letras, 2020.

MAIA, Gustavo. Secom apaga postagens com slogan 'O Brasil não pode parar' e diz que campanha não existe. **O Globo**, 2020. <https://oglobo.globo.com/politica/secom-apaga-postagens-com-slogan-brasil-nao-pode-parar-diz-que-campanha-nao-existe-1-24335636>. Acesso em: 03 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. **N-1 edições**, v. 20, p. 1-13, 2020.

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 1**: sobre saberes e utopias (2ª edição ampliada e atualizada). 2020. 120p.

O GLOBO. Consórcio de veículos de imprensa completa 500 dias de trabalho colaborativo. **O Globo**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/20/consorcio-de-veiculos-de-imprensa-completa-500-dias-de-trabalho-colaborativo.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., and SILVA, V. R., orgs. **A política social na América do Sul**: perspectivas e desafios no século XXI [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, pp. 15-26. 10.7476/9788577982318.0001.

QUIJANO, Aníbal et al. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: clacso, 2000.

YANOMAMI, Mozarildo. In: **Diários Yanomami**: testemunhos da destruição da floresta. Organização Corrado Dalmonego, Estêvão Benfica Senra, Alcida Rita Ramos. 1ª ed. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental: Hutukara Associação Yanomami, 2024.

YANOMAMI. Kami Yamaki Urihipë, Nossa Terra-Floresta. **Instituto Socioambiental**, 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 03 jul. 2025.

Emitido em 11/12/2025

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 001/2025 - CCSA - CGP (11.00.52.01)
(Nº do Documento: 84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/12/2025 11:42)
JULLY CRISTINA SOBESAK TELES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1695704

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
84, ano: **2025**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão:
11/12/2025 e o código de verificação: **57438eb465**